

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1454910 - SP
(2019/0062053-0)**

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA
ADVOGADOS : ALFREDO ZUCCA NETO - SP154694
MAURÍCIO DE ÁVILA MARÍNGOLO E OUTRO(S) -
SP184169
CAMILA BITTENCOURT COSTA - SP299823
ADRIANA TERESA CATHARINA DE ALENCAR
PASSARO - SP0155121
AGRAVADO : MODESTINO APARECIDO ABDALA
AGRAVADO : ANTONIO CARLOS LEO GARCIA
AGRAVADO : EDEMAR ZAMPA
AGRAVADO : QUEN ITI KOMORI
AGRAVADO : MAMERTO JOSE ZANIN
AGRAVADO : NELSON MOREIRA COELHO
AGRAVADO : ORFEU AUGUSTO DA SILVA
AGRAVADO : SADAYUKI HAMADA
ADVOGADOS : KARINA PENNA NEVES - SP235026
MARCO ANTONIO INNOCENTI E OUTRO(S) -
SP130329
INTERES. : FUNDAÇÃO CESP
ADVOGADO : FRANCO MAURO RUSSO BRUGIONI E OUTRO(S) -
SP173624

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA - CTEEP. RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES. LEGITIMIDADE PASSIVA. COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. O tribunal de origem reconheceu a legitimidade passiva da CTEEP para responder pela restituição de contribuições cobradas indevidamente, tendo em vista que assumiu todas as obrigações da Fundação CESP.
3. Na hipótese, rever o entendimento do acórdão recorrido demandaria o revolvimento dos elementos fático-probatórios dos autos e a interpretação de cláusula contratual, procedimentos inviáveis em recurso especial, a teor das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.
4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Impedido o Sr. Ministro Marco Aurélio Bellizze. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Relator

